



Doi
1957

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE Lei nº 373/87

AUTOR: JOSE GOMES - VEREADOR

ASSUNTO: "Dispõe sobre autorização para
o Executivo criar ou modificar
funções e dá outras providências."



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

102
14/10/87

PROJETO DE LEI Nº. 373/87
DE 13 DE OUTUBRO DE 1987.

Dispõe sobre autorização para o Executivo criar ou modificar funções e dá outras providências.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:-

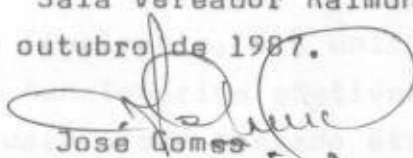
ARTIGO 1º.- Fica o Executivo autorizado, desde que não implique criação de cargos, a criar ou modificar funções, alterando-lhes a denominação, vinculação ou subordinação, proceder o seu remanejamento e praticar os atos necessários ao melhor aperfeiçoamento da estrutura administrativa municipal.

ARTIGO 2º.- Os reajustes ou atualização dos vencimentos ou salários de servidores ocupantes de cargos em comissão ou contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho são fixados por Decreto do Executivo Municipal.

§ ÚNICO.- Exclue-se do disposto no presente artigo o reajuste ou atualização de vencimentos dos funcionários efetivos que deverá ser autorizado por competente lei a ser aprovada pelo Legislativo Municipal.

ARTIGO 3º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, aos 13 dias do mês de outubro de 1987.


José Gomes

Vereador - Líder do P.F.L.

- 1- Ao assessor jurídico
- 2- para opinar
- as câmaras.

15-14/10/87





SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

803
[Handwritten signature]

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre autorização para o Executivo criar ou modificar funções e dá outras providências.

Como é sabido, tem sido motivo de inúmeras celeumas a fixação dos salários de servidores contratados pela C.L.T., bem assim dos ocupantes de cargos em comissão, cuja natureza de atribuições são bem distintas dos funcionários efetivos, que têm seus misteres fixados em lei.

Para permitir melhor adaptação à realidade de fato dos quadros da Prefeitura é que o projeto visa autorizar o Chefe do Executivo a criar ou modificar funções, alterando-lhes a denominação, vinculação ou subordinação, permitindo assim a sua adaptação à dinâmica e realidades atuais.

Cumpre observar que o artigo 1º do Projeto exclui a possibilidade da criação de cargos, matéria que continua sendo da responsabilidade do Legislativo, permitindo apenas a alteração de funções, matéria que não depende de lei.

De outro lado, o projeto prevê também autorização para que o Executivo proceda aos reajustes ou atualizações dos salários ou vencimentos dos ocupantes dos cargos em comissão, tendo em vista a evolução e os índices econômicos fixados pelo Governo Federal que, a propósito, mensalmente vem alterando o Piso Salarial (ex-salário mínimo) dos trabalhadores brasileiros.

Finalmente, o § único do artigo 2º, ressalta que o aumento dos funcionários efetivos, como tradicionalmente é operado, continuará a ser operado através de competente aprovação desta Casa de Leis.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, aos 13 dias do mês de outubro de 1987.

[Handwritten signature of José Gomes]
José Gomes

Vereador - Líder do P.F.L.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

204
[Handwritten signature]

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 373/87 de autoria do Nobre Vereador José Gomes foi apresentado ao Plenário no expediente da Sessão Ordinária do dia 13 p. passado.

Certifico mais, foram extraídas fotocópias aos Srs. Vereadores, e nesta data encaminhado a Assessoria Jurídica para opinar conforme Despacho do Sr. Presidente.

Ibiúna, 14 de outubro de 1987.

[Handwritten signature]
AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Administrativa

Sr. Presidente:

A presente proposição é institucional, meus vereáveis.

Pelo artigo 1º, ficaram o Executivo autorizado a criar ou modificar funções.

Segundo o artigo 2º, 3º, inciso 2, é da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que "criem cargos, funções ou emprego público, e aumentem verbas ou vantagens dos servidores."

É óbvio, além disso, que a criação de funções importa em aumento de despesa.

Os projetos de lei nessas condições também são de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Pelo artigo 2º, trata de delegar

a. Prefeitu atribuições de sua competência.

Se fato, segundo o disposto no artigo 24, n: X, cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, "criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar o repartimento vencimentos (Lei Orgânica dos Municípios).

A proposição, é verdade, trata, nos referidos artigos 2º, do reajuste ou atualização do vencimento salários de servidores ocupantes de cargos em comissão ou de pessoal celetista.

Para que a proposição tivesse validade, necessári-ria seria que o dispositivo em apreço estabelecesse as condições de reajuste, mediante critérios certos e apurados, desde que a atualização não fosse vinculada ao salário mínimo. Mas, nem assim, esbarraria a proposição com a proibição decorrente da aplicação do art. 27, nº 3, da Lei Orgânica dos Municípios.

A douta Comissão de Justiça e Educação melhor dirá a respeito.

Brasília, 19/10/87

Willace



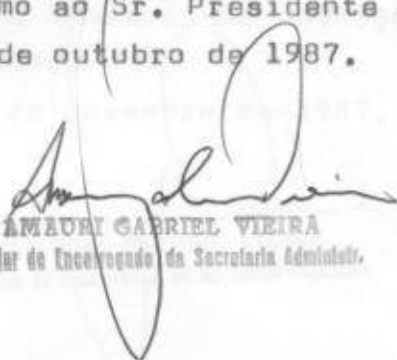
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº, 373/87 recebeu Parecer da Assessoria Jurídica, e nesta data enca-minho o mesmo ao Sr. Presidente para conclusão. Ibiúna, 26 de outubro de 1987.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Administrativa

Eu Voti, o parecer da assessoria
jurídica, a favor do projeto e
Declaro opinar.

RECEBI 30/11/87

AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Administrativa



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1506
[Handwritten signature]

CERTIDÃO:

Certifico que conforme Despacho exarado pelo Sr. Presidente nesta data, encaminho o Projeto de Lei nº. 373/87 à Comissão de Justiça e Redação para exarar Parecer.

Ibiúna, 30 de novembro de 1987.

[Handwritten signature]
AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Administr.

NOMEIO COMO RELATOR O N.º. LUIZ C. MACHADO
IBIÚNA, 08 DE FEVEREIRO 1988

Pres. C. J. R.

[Handwritten signature]

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 373/87.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO CRIAR OU -
MODIFICAR FUNÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Está comissão após a manifestação do -
Ilustre Procurador Jurídico desta Casa, DR. Helio -
Roque Villaga, onde o mesmo em seu parecer alegou -
que o mesmo é inconstitucional, conforme fundamentos
de fls., 04 e verso.

Pelo exposto somos pelo arquivamento -
do presente projeto.

Ibiúna, 11 de março de 1988.

[Handwritten signature]
- BEL. LUIZ CLEMENTE MACHADO - FAUSTO T. TECHIROGUI-
RELATOR PRESIDENTE

[Handwritten signature]



Tendo-se em vista o
pauco de dote Commo a festa e sedar,
consubstanciar na manifestação de
ps. 04, 04v.º) determine o APROVAMENTO
do presente. Prigustar-se em livro próprio.

18. 11/03/88

EXCERTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO.
PROJETO DE LEI Nº 37/87.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO CRIAR OU
MODIFICAR FUNÇÕES E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES.
Esta comissão após a manifestação de
- Ilustre Procurador Jurídico desta Casa, DR. Heitor
- Rogério Vilas, onde o mesmo em seu parecer afirma
- que o mesmo é inconstitucional, conforme fundamentos
de fls. 04 e verso.
Pelo exposto nomeia-se para relator
do presente Projeto.
Itaipava, 11 de março de 1988.
- DR. NÚTILIO MACHADO - VICE PRESIDENTE
- DR. NÚTILIO MACHADO - VICE PRESIDENTE



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO


CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 373/87 recebeu Parecer da Comissão de Justiça e Redação datado de 11 de março de 1988, sendo pelo arquivamento da propositura.

Certifico mais, o arquivamento da referida propositura foi anunciado no expediente da Sessão Ordinária do dia 14 p. passado.

Certifico finalmente que conforme Despacho do Sr. Presidente o Projeto de Lei nº. 373/87 ficará arquivado nos anais desta Casa de Leis.

Ibiúna, 15 de março de 1988.


Mafalda Gabriel Nanni
Enca da Secretaria Administrativa